



## Informativo Fundos Solidários nº 13

Em dezembro de 2014, em Recife, Pernambuco, foi realizado o 2º seminário de Educação Popular e Economia Solidária. Na ocasião, discutiu-se sobre temas relevantes para a economia solidária, como territorialidade e assessoria técnica. No carrossel pedagógico, que trabalhou a temática da assessoria técnica em economia solidária, a assessora nacional e a articuladora regional do projeto rede CFES nacional, executado pela Cáritas Brasileira, apresentaram algumas reflexões sobre os acúmulos nesta temática. Conheça abaixo o resultado desse trabalho.

### **Assessoria Técnica em Economia Solidária: um olhar, uma reflexão.**

Déborah Lago e Joselle Moura.

**“ Na verdade, se dizer a palavra é transformar o mundo, se dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas um direito dos homens, ninguém pode dizer sozinho a palavra. Dizê-la sozinho significa dizê-la para os outros, uma forma de dizer sem eles e, quase sempre, contra eles. Dizer a palavra significa, por isso mesmo, um encontro de homens. Este encontro que não pode realizar-se no ar, mas tão somente no mundo que deve ser transformado, é ao diálogo em que realidade concreta aparece como mediadora dos homens que dialogam”.**

Pensar um novo mundo e uma nova sociedade tem movimentado milhares de pessoas na tentativa de evidenciar que o atual sistema capitalista não reflete o projeto de sociedade desejada para o futuro, onde o bem viver, a sustentabilidade, a igualdade e a justiça sejam o esteio que fundamentará ações e práticas nos vários setores e serviços e instituições.

A exigência de emancipação é evidente e necessária numa democracia. A ideologia dominante hoje precisa ser combatida, pois visa interesses próprios e individualistas em detrimento da coletividade.



Este informativo é uma publicação da Caritas Brasileira :: SGAN Quadra 601 Modulo F Asa Norte :: 70.830 -010 :: Brasília DF



CÁRITAS  
BRASILEIRA

As mazelas sociais decorrentes do acúmulo do capital expandiram desigualdades e exclusão por toda a sociedade. Em sentido contrário à Economia Popular Solidária, traz uma nova esperança de igualdade de direitos e equidade social e a certeza que outra sociedade é possível.

*Como mudar esta sociedade? Como combater um sistema tão enraizado? Como mudar a maneira de produzir, comercializar e consumir?*

A Economia Solidária é uma nova proposta que fundamenta outra lógica, pautada na solidariedade e cooperação, em detrimento do modelo capitalista que realça a competitividade, a exclusão, as atividades precarizadas devido às terceirizações, a informalidade e até o trabalho escravo.

*(...) Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (site MTE)*

Novas relações no mundo do trabalho, a humanização do trabalho, a relação de partilha e respeito pelo saber dos trabalhadores, autogestão, cooperação, solidariedade são princípios desta nova forma de fazer e pensar a Economia. A Economia Solidária vem se afirmando como alternativa de geração de trabalho e renda, compreendendo uma variedade de práticas sociais e econômicas organizadas enquanto cooperativas, clubes de troca, associações, redes de cooperação solidária, empresa autogestionária. Estas práticas realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, comércio justo e solidário e finanças solidárias.

Mas, para modificar a economia é preciso pensar em mudança de paradigma? É preciso pensar em uma nova concepção de mundo, de sociedade e de homem.

A lógica capitalista realça a disputa de poder, a competitividade e o acúmulo de capital, a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria. Isto institui uma forma de sociabilidade poderosa que pode ser combatida se sua raiz for dizimada, ou seja, **a compra e venda da força de trabalho**. Controlar ou diminuir a dinâmica deste sistema a fim de evitar seus efeitos e



CÁRITAS  
BRASILEIRA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Este informativo é uma publicação da Caritas Brasileira :: SGAN Quadra 601 Modulo F Asa Norte :: 70.830 -010 :: Brasília DF



CÁRITAS  
BRASILEIRA

características próprias de sua estrutura, que geram diretamente a miséria, é tarefa difícil. Este é um grande desafio para se desenvolver uma economia alternativa, autônoma e dinâmica, justa, solidária e mais humana, que propicie melhor qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras.

Para este contexto, o mundo e a sociedade precisam ter outros valores e princípios. Um modelo de homem que vá aos poucos abrindo mão do individualismo, do egoísmo e orgulho e desenvolva um espírito de coletividade e partilha. Onde o conhecimento seja acessível a todos e todas e o sujeito humano seja protagonista de sua história e não mais o capital. Dialogando com esta lógica, a proposta de educação em ES: formação e assessoria técnica, está pautada nos princípios e valores de cooperação, democracia, acessibilidade e troca de saberes e experiências com base na educação popular e autogestão.

A educação em ES reconhece o chão do trabalho autogestionário como princípio educativo e valoriza os saberes e acúmulos de homens e mulheres que, ao longo da história do movimento de ES, vivem um processo de se reconhecerem como educadores/as populares e, portanto, acabam por socializar as práticas construídas e organizadas dialeticamente em seus territórios. A educação popular favorece a não hierarquização das relações e legitima os saberes elaborados socialmente nos espaços de trabalho dos sujeitos da ES.

No Brasil, a educação popular sugere ao longo de sua existência uma série de conceitos e sentidos que acabaram por nortear a educação em ES: “A educação popular vista como formadora da consciência nacional, de um projeto de nação soberano e igualitária, potencializadora de transformações político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho”. Contrapondo uma perspectiva de educação que se preocupa mais com a transmissão de conteúdos e técnicas do que com a formação humana.

Ao se compreender que a educação em ES é a formação e assessoria técnica, pretende-se unificar estas práticas e, conseqüentemente, os processos pedagógicos que as envolvem devem estar fundamentado nos mesmos elementos. Assim, tanto a formação quanto a assessoria técnica precisam retratar em sua práxis os fundamentos, princípios, práticas e as metodologias de educação popular, promovendo intercâmbios entre redes e entidades que também se orientam por esta prática.



CÁRITAS  
BRASILEIRA



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



O processo de assessoria técnica na educação em ES deve, pois, ser entendido como um processo educativo e continuado de apoio e fomento aos EES, visando ao fortalecimento dos sujeitos que se organizam solidariamente. Deve respeitar os princípios da ES e incentivar a troca de experiências e total participação no planejamento das ações de assessoramento.

De acordo com o Termo de Referência da SENAES/MTE, as ações de formação de cidadania e qualificação profissional e social devem observar as potencialidades *socioeconômicas locais, iniciativas da ES e fluxos de produção e comercialização, vocações socioculturais e talentos pessoais*. O referido termo ressalta, ainda, que estas ações devem ser planejadas e desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar de ATEES (Assessoramento Técnico aos Empreendimentos Econômicos Solidários) com foco na superação das dificuldades e demandas dos empreendimentos.

Tem-se um modelo de assessoria aos EES que não corresponde em muitos aspectos às necessidades reais dos mesmos, seja pelo tecnicismo estremado, seja pela dificuldade de comunicação e/ou metodologia inadequada. Mas, qual assessoria se quer? Quem e qual formação deve ter este assessor? Há necessidade de se ter um mediador que compreenda a realidade dos EES e esteja sensível à lógica da Economia Solidária?

O assessor / mediador deve contribuir na reflexão de uma nova educação, a fim de romper com as desigualdades existentes: de classe, raça e etnia, gênero, respeito ao meio ambiente, luta pela dignidade humana, deve ter a capacidade de ampliar os diálogos e debates e que seja refletido nos espaços educativos não formais e formais.

Pensar em assessoria técnica pautada em educação popular significa construir uma outra lógica que garanta uma prática onde todos e todas tenham liberdade de expressão, participação e tenham seus saberes valorizados. Ela pode ser realizada por um assessor e um mediador/educador popular ou um assessor que já tenha incorporado em seu perfil as práticas de educação popular. É necessário que o trabalho de assessoria técnica compreenda conteúdos que estejam além das necessidades técnicas dos EES. É preciso garantir que a metodologia participativa e a autogestão estejam vinculadas ao processo.



#### Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. Editora Vozes, Petrópolis, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular e Conscientização**. Editora Sulina, Porto Alegre, 1999.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Secretaria – Geral da Presidência da República. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução n. 8 de 04 de julho de 2012. Diretrizes Políticas para Educação em Economia Solidária**. Conselho Nacional de Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego.

Informativo Fundos Rotativos Solidários  
Este informativo é uma publicação da Cáritas Brasileira  
SGAN Quadra 601 Módulo F - Asa Norte – 70.830-010 – Brasília/DF.  
Assessoria: Renata Costa.  
CNPJ.: 18.228.441/001-00

